



**ACÓRDÃO Nº506/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº11438/2021.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Fundo da Previdência Social do Município de Caapiranga – FUNPREVIC
- 4- **Exercício:** 2020.
- 5- **Responsável:** Francisco Adoniran Macena da Costa (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICERP
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 251/2023, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Fundo da Previdência Social do Município de Caapiranga – FUNPREVIC. Exercício de 2020.

*Regularidade com ressalvas. Determinação.  
Ciência. Arquivamento.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual do Fundo da Previdência Social do Município de Caapiranga, exercício 2020, sob responsabilidade do **Sr. Francisco Adoniran Macena da Costa**, Diretor, nos termos do art. 22, II, da Lei 2423/96, haja vista irregularidades remanescentes: Restrição nº 01: *Ausência de Portal da Transparência, em descumprimento aos arts. 48, 55, §2º da Lei Complementar nº 101/00*; Restrição nº 8: *Não houve comprovação de*



**ACÓRDÃO Nº506/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

*que foram apuradas as previsões matemáticas previdenciárias, assim como o respectivo registro nas demonstrações contábeis levantadas no exercício (art. 3º, §1º, VII, da Portaria MF nº 464/18; e art. 1º, caput, Lei nº 9.717/98); Restrição nº 22: Ausência de controle de ponto dos servidores, colocando em risco o uso eficiente dos recursos públicos com gastos de pessoal. Ressalta-se que a observação do princípio da eficiência nos atos públicos está expressa no art. 37 da Constituição Federal de 1988;*

**10.2. Determinar** que o Fundo da Previdência Social do Município de Caapiranga (FUNPREVIC): a) mantenha atualizado o Portal da Transparência, de acordo com os arts. 48, 55, §2º da Lei Complementar nº 101/00; b) nos autos das Prestações de Contas Anuais, comprove que foram apuradas as previsões matemáticas previdenciárias, assim como o respectivo registro nas demonstrações contábeis levantadas no exercício, na forma do art. 3º, §1º, VII, da Portaria MF nº 464/18; e art. 1º, caput, Lei nº 9.717/98; e c) implante sistema de controle de ponto, em observância ao art. 37, da Constituição da República;

**10.3. Dar ciência ao Sr. Francisco Adoniran Macena da Costa**, acerca da decisão, na forma do art. 95, da Resolução nº 04/2002, ficando autorizada a emissão de nova notificação, caso a primeira seja frustrada. Ato contínuo, se, por ventura, persistir a problemática, para não restarem dúvidas quanto à sua validade e eficácia, desde já autorizo a comunicação via edital, com fulcro no art. 97, da Resolução nº 04/2002;

**10.4. Arquivar** o processo, após cumpridos os prazos regimentais.

**11- Ata:** 8ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 21 de Março de 2023.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em exercício), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

**13.1. Auditor presente e Relator:** Alípio Reis Firmo Filho.



**ACÓRDÃO Nº506/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira-Presidente, em exercício

**ALÍPIO REIS FIRMO FILHO**  
Auditor-Relator

**FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA**  
Procuradora-Geral